

Fim do voto secreto e da reeleição da Mesa

Deputados aprovam, por unanimidade, emenda proposta pela presidência

GABRIELA RÖLKE

A Assembléia Legislativa aboliu ontem a votação secreta e a reeleição dos membros da Mesa Diretora da Casa. A proposta de emenda constitucional (PEC) que determina as alterações foi aprovada em primeiro turno ontem, por unanimidade, no plenário da Casa. A apreciação em segundo turno deve ocorrer na próxima quarta-feira.

Se a decisão for mantida, a Mesa Diretora não poderá ser reeleita para um mandato subsequente. A medida é válida também se os componentes da Mesa forem reeleitos para um novo mandato no Legislativo. As eleições para a Mesa são realizadas de dois em dois anos, e a decisão inviabiliza que as mesmas pessoas permaneçam à frente da Mesa por dois biênios seguidos.

A matéria, apresentada pela Mesa Diretora, foi elaborada a partir de um consenso entre os deputados da Casa, e, de acordo com o presidente do Legislativo, deputado Cláudio Vereza (PT), “vai possibilitar a democratização do acesso dos parlamentares à presidência da Casa e vai trazer mais transparência ao Legislativo, já que a votação passa a ser aberta”.

Transparente

“Essa emenda demonstra que o Legislativo quer trabalhar com transparência e lisura, permitindo que a sociedade possa fiscalizar como votam seus deputados. Agora a sociedade pode controlar quem faz acordo ou não. É um resgate da moralidade”, frisou Vereza.

Para o líder do Governo na Casa, deputado César Colnago, “a aprovação da matéria mostra o comportamento político da nova Assembléia Legislativa”. Ele disse que o projeto “demonstra o desprendimento da Mesa, que abriu mão da



Gildo Loyola

Exemplo

Para Tose, legislativos municipais devem ‘seguir o exemplo’. Vereza acredita que fim do voto secreto traz transparência à Assembléia

A PRESENÇA EM PLENÁRIO

DEPUTADOS QUE APROVARAM, NA SESSÃO DE ONTEM, A VOTAÇÃO ABERTA E NOMINAL PARA A ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA E O FIM DA REELEIÇÃO DO PRESIDENTE, DO 1º E DO 2º SECRETÁRIOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Anselmo Tose (PPS)
Brice Bragato (PT)
Cabo Elson (PDT)
Carlos Casteglione (PT)
César Colnago (PPS)
Cláudio Thiago (PL)
Edson Vargas (PMN)
Geovani Silva (PTB)
Helder Salomão (PT)
Janete de Sá (PSB)
José Esmeraldo (PFL)
Marcelo Santos (PTB)
Mariazinha V. Lucas (PSDB)
Paulo Foletto (PSB)

Reginaldo Almeida (PPB)
Robson Vaillant (PL)
Rudinho de Souza (PSDB)
Sueli Vidigal (PDT)

DEPUTADOS AUSENTES

Délio Iglésias (PSC)
Euclério Sampaio (PTB)
José Ramos (PFL)
Heraldo Musso
Os três deputados justificaram as ausências à Mesa Diretora. O deputado Cláudio Vereza (PT) presidiu a sessão, e, por isso, não teve direito a voto. O deputado Heraldo Musso está afastado por problemas de saúde. A Casa está funcionando normalmente com 23 deputados, já que sete foram afastados de seus mandatos por determinação judicial.

ELEIÇÃO

Retomada a data tradicional

Antes da aprovação da proposta de emenda constitucional que proíbe a reeleição e prevê a votação aberta e nominal para a eleição da Mesa Diretora, os deputados também aprovaram, por unanimidade, o retorno da eleição para o dia 1º de fevereiro do 1º e do 3º anos da legislatura. A mudança foi proposta, sob a forma de uma emenda modificativa, pelo deputado Paulo Foletto (PSB). A emenda de Foletto revoga, assim, uma outra emenda, elaborada em 2000, que havia modificado a data da eleição, no 2º biênio da legislatura, para o dia 15 de dezembro do final do primeiro biênio. Assim, os deputados que eventualmente fossem eleitos para alguma prefeitura ainda podiam participar da eleição no Legislativo, que estava sendo realizada um mês antes de seus suplentes serem convocados.

reeleição”. Segundo Colnago, “todos os votos no Legislativo devem ser abertos, exceto nos casos previstos pela Constituição Federal”.

‘Nova era’

O deputado Geovani Silva (PTB) considerou que a emenda foi aprovada “porque não há nada a esconder”. “Isso prova que não há cacique na atual Legislatura. Estamos vivendo uma nova era, e a Assembléia es-

tá ficando verdadeira”.

“Essa aprovação é quase um acerto de contas com um passado de triste memória nesta Casa”, comentou o deputado Anselmo Tose (PPS).

A deputada Brice Bragato (PT), por sua vez, afirmou que a aprovação da matéria “resgata as expectativas da população em relação à atuação dos parlamentares e representa o fim do esquema do balcão de negócios que funcionou na Casa”.

Aberto caminho para autonomia do BC

Brasília - A Câmara aprovou ontem, em primeiro turno, por 442 votos a favor, 13 contra e 17 abstenções, a emenda à Constituição que permite a regulamentação do sistema financeiro nacional e abre caminho para a autonomia do Banco Central. Mas a vitória avassaladora do Planalto, antecipada na véspera pelo ministro da Casa Civil, José Dirceu, que estimou 400 votos favoráveis, não retrata fielmente a força do Governo Lula no Congresso.

Apesar de conseguir unir a base aliada, o Governo venceu com margem folgada de votos porque teve o apoio dos dois maiores partidos de

oposição, PSDB e PFL, além do PMDB, que ainda negocia com o Planalto.

Foram quase 200 votos da oposição. A emenda que permite a regulamentação fática do artigo 192 da Constituição terá de passar por nova votação na Câmara, em segundo turno, o que deve ocorrer semana que vem.

"Tenho a impressão de que essa votação não é a consolidação da base do Governo, mas a consolidação de uma base de apoio às reformas que são importantes para o País", reconheceu o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP). "O Governo ter o

apoio dos partidos de oposição demonstra que não é um governo sectário e que sabe negociar", afirmou o presidente do PT, José Genoíno.

Articulações

As negociações do Governo para conquistar a vitória de hoje passaram pela distribuição de cargos para peemedebistas e agrados a aliados reticentes, como o ex-governador Anthony Garotinho, convidado para um almoço hoje com o ministro José Dirceu, no Palácio do Planalto. Os partidos aliados votaram unidos a favor da emenda que regulamenta o artigo 192, apesar do PC do B, do PSB e de parte

do PT terem feito declarações de voto em separado condenando a autonomia do BC.

De autoria do ex-senador José Serra, a emenda prevê a regulamentação do sistema financeiro por projetos de lei complementar e retira da Constituição, entre outros, o tabeleamento dos juros em 12% ao ano. É uma prova de força do Governo Lula e de coerência da oposição", disse o presidente do BC, Henrique Meirelles.

O PT conseguiu unir sua base e do total de 92 deputados, apenas 5 petistas faltaram. Da base aliada, apenas o PDT não votou com o Governo e seus 16 deputados se abstiveram. (AE)

Pesquisa mostra aprovação de Lula

Brasília - Às vésperas de completar 100 dias no Governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva continua de bem com o eleitorado. A primeira pesquisa Ibope realizada depois de sua posse, para a Confederação Nacional da Indústria, revela que a soma de "ótimo" e "bom" do Governo chega a 51% dos consultados, contra 36% dos que o consideram "regular" e 7% para os quais ele está "ruim" ou "péssimo".

Em outro item, 75% dos 2.000 entrevistados aprovam a forma como o presidente está administrando o país,

contra 13% que desaprovam. Numa escala de zero a 10, a nota dada ao Governo petista é de 6,8%. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais.

Confiança

A pesquisa, realizada entre os dias 20 e 23 em 145 cidades brasileiras, revela ainda que a confiança no novo presidente continua alta: 80% dos consultados confiam em Lula, contra 16% que dizem não confiar.

Se as eleições presidenciais fossem realizadas hoje, ele ganharia no primeiro turno com 64% dos votos.

A simulação, montada com os mesmos candidatos do pleito de outubro, aponta 15% de votos para o tucano José Serra, 8% para Anthony Garotinho (PSB) e 7% para Ciro Gomes (PPS). Por fim, uma outra excelente notícia para Lula é que, na comparação feita entre seu governo e o do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, 49% acreditam que o atual Governo é melhor, contra 8% que pensam o contrário.

O mais importante programa anunciado pelo presidente, o Fome Zero, elevou para o segundo lugar, entre

as preocupações dos brasileiros, a questão da fome e da pobreza. Numa relação de prioridades a serem atacadas daqui para a frente, esse item saltou para o segundo lugar, superado apenas pelo do desemprego.

A pesquisa revela, também, que há um sentimento geral de satisfação (74%) com a vida, em geral, contra 25% de insatisfeitos - mas os consultados revelam certo pessimismo com relação à economia. A inflação vai aumentar para 61% e 56% acham que o desemprego vai crescer. (AE)